



Jornal Negócios

20-11-2017

Periodicidade: Diário	Temática: Economia
Classe: Economia/Negócios	Dimensão: 5561 cm ²
Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
Tiragem: 18239	Página (s): 1/4 a 8



CONVERSA CAPITAL ANTÓNIO SARAIVA

“A reversão das leis laborais é para nós uma linha vermelha”

Líder da CIP diz que OE é decepcionante para as empresas.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8



Franco Simão

CONVERSA CAPITAL

ANTÓNIO SARAIVA PRESIDENTE DA CIP

Este Orçamento “cria decepção às empresas”

António Saraiva afirma que as medidas destinadas às empresas no Orçamento do Estado para 2018 são decepcionantes. Considera-as “escassas” e, como no caso da subida da derrama estadual nos lucros superiores a 35 milhões, inibidoras de investimento.

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

BRUNO SIMÃO

Fotografia

O presidente da CIP - Confederação Empresarial de Portugal critica o Governo e os partidos de esquerda pelas medidas destinadas às empresas que inscreveram no Orçamento do Estado (OE) para 2018. “Este não é um Orçamento que possamos reconhecer como amigo das empresas e promotor do investimento”, afirmou António Saraiva na Conversa Capital desta semana, uma iniciativa do Negócios e da Antena 1.

O que é para si neste momento capital em Portugal?

É que estes bons indicadores macroeconómicos que o país regista, como a redução do desemprego ou o crescimento, tenham sustentabilidade e que, através dessa sustentabilidade, o país possa começar a resolver os problemas estruturais e as reformas de que ainda carece. Por isso, é capital aproveitar estes bons indicadores macroeconómicos, dar-

lhes sustentabilidade para resolvermos os nossos problemas futuros.

O próximo Orçamento do Estado promove o que acaba de referir?

Na nossa perspectiva, o Orçamento de 2018 cria expectativas às famílias, mas decepção às empresas. Expectativas às famílias porque ao nível do rendimento disponível melhora alguns desses rendimentos, com a mudança nas taxas de IRS, mas irá depois penalizá-las em sede fiscal, já que os impostos especiais sobre o consumo são alterados, o imposto automóvel é alterado... Enfim, diria que se dá com uma mão o que se tira com a outra.

Este Orçamento é “uma decepção para as empresas” porquê?

Porque, reconhecendo que alguma medidas, pequeníssimas, estão contidas no Orçamento, e são medidas que vêm do Programa Capitalizar, que o Governo deveria ter plasmado [na totalidade] e não plasmado [na totalidade] e não plasmado nesta proposta, aquilo que está para as empresas é muito escasso. Depois, o OE contém também uma medida que não desejamos, porque é penalizadora para a atratividade de investimento.

Refere-se a quê?

A esta proposta dos partidos à esquerda do PS, de aumentar a derrama estadual para empresas com lucros superiores a 35 milhões de euros. Passar [a derrama] de 7% para 9% vai fazer com que a taxa máxima de IRC em Portugal passe a ser de 31,5%, quando a média europeia é de 21,9%. Afasta-nos ainda mais da média europeia, afasta o investimento. Por isso, era uma medida que não gostávamos de ver incluída no Orçamento para 2018. Este não é um Orçamento que possamos reconhecer como amigo das empresas e promotor do investimento.

Com a actual solução governativa, tendo em conta as críticas que faz, os empresários sentem-se os “maus da fita”? É essa a ideia que tem?

Nós costumamos dizer, numa caricatura que fazemos, que aquilo que desejávamos era que o Estado saísse da frente e nos deixasse desenvolver por nós próprios, coisa que sempre fizemos. Porque toda a gente acha louvável que as empresas portuguesas estejam a exportar mais. Toda a gente acha louvável que se esteja a criar emprego. Toda a gente acha louvável a resiliência dos empresários. Cantamos loas à sua capacidade de iniciativa...

Não é um reconhecimento da importância dos empresários?

Nas medidas concretas, como era o Orçamento do Estado poderia sinalizar, daquilo que se diz aquilo ao que se pratica vai uma grande distância e a iniciativa privada e os empresários continuam a ser mal-vistos em Portugal, é uma visão que temos que alterar e que na CIP estamos firmemente empenhados em alterar para que a iniciativa privada seja acarinhada, para que os empre-

sários vejam o seu papel reconhecido de criar riqueza, numa distribuição justa da mesma, porque também aí o país tem muito a fazer. Nós temos que combater as desigualdades sociais.

Que papel cabe aí aos empresários?

Os empresários têm quer ter, como já têm muitos deles, responsabilidade social assumida. Nesta conversa triangular que temos em sede de concertação social - Governo, com parceiros sociais empresariais e parceiros sociais sindicais -, defendemos que este caminho tem que ser feito. Mas não podemos continuar a permitir que a iniciativa privada seja malvista e que os empresários sejam vistos como facínoras e não como criadores de riqueza e de emprego como são. ■

Aumento da derrama “é discriminatório e com algum tique ideológico”

O aumento da derrama estadual para empresas com mais de 35 milhões de lucros é criticado por António Saraiva. O presidente da CIP diz que a medida, que o PCP assegura que irá constar do Orçamento do Estado para 2018, é “discriminatória e com algum tique ideológico”.

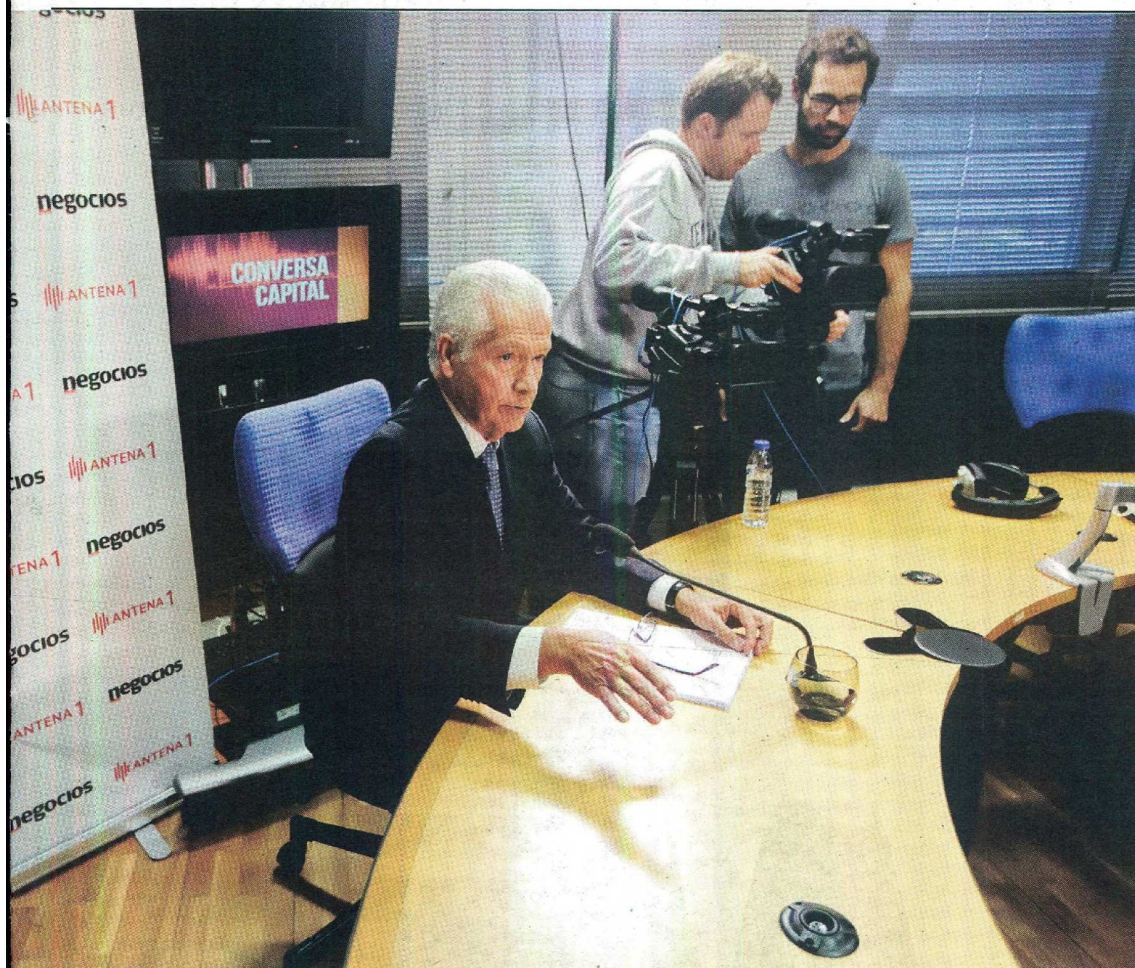
Tem noção de quantas empresas serão abrangidas pelo aumento da derrama

estadual de 7% para 9%?
Pelos nossos cálculos, cerca de 76. As maiores empresas...

É um número relativamente reduzido.

É um número relativamente reduzido, o que faz pensar que a receita que se espera arrecadar dessa medida será reduzida. Qualquer redução de juros na colocação de dívida suplanta de longe a arrecadação de receita





PERFIL

O líder dos patrões que já foi operário

Foi reeleito no início deste ano e está a cumprir, até 2019, o seu terceiro mandato como presidente da Confederação Empresarial de Portugal. De seu nome, António Saraiva. Aquele que é hoje o “patrão dos patrões” já um dia foi operário metalúrgico nos estaleiros da Lisnave. A verdade é que em 1989 tornou-se director da empresa Metalúrgica Luso-Italiana e passou a seu administrador em 1992. A firma seria adquirida ao Grupo Mello em 1996 e António Saraiva é hoje o presidente do conselho de administração da empresa que produz as torneiras Zenit. Mais tarde, a par da actividade empresarial viria a tornar-se também dirigente associativo. Foi presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) de Janeiro de 2010 a Janeiro de 2011. A instituição assumiu então a denominação de Confederação Empresarial de Portugal, sendo seu líder desde esse ano. Nascido em 1953 na freguesia de Ervidel, Aljustrel, é pai de dois filhos e avô de quatro netos.

desta medida. O que nos leva a recomendar que, ao invés de se tentar arrecadar receita, por algum tique ideológico...

“Tique ideológico”? Vê a medida como uma “birra ideológica” de esquerda?

Há aqui algum tique ideológico, porque com tão poucas empresas, não há racionalidade económica na medida. E não vamos escamotear o problema, algumas delas podem até gizar políticas fiscais que minorem a arrecadação de receita. Se pensarmos que a receita esperada é largamente compensada por uma redução da taxa de juro na colocação de dívida, aquilo que temos de fazer é promover condições para que o país possa ser visto, desde logo pelas agências de “rating”, numa situação mais favorável. Teríamos aí uma arrecadação de receita muito superior do que com esta [medida] discrimi-

natória e com algum tique ideológico.

Defenderam essa ideia junto do Governo?

Propusemos isso ao Governo. Como em cada uma das nossas propostas, fundamentámo-la e justificámo-la. Mas na reunião com o grupo parlamentar [do PS], o que nos foi respondido é que não é uma proposta do PS, para atender aos equilíbrios e à estabilidade política que precisam no Parlamento. De facto, o OE, como alguém disse, é uma questão de escolhas. Cada partido faz as suas escolhas. Gostaria que essas escolhas fossem em função do país e não de lógicas partidárias ou de equilíbrios aparentemente sustentáveis.

Não interessava ter uma medida que, em termos de receita, compensasse esta? É apenas uma questão de afinidade e de cedências?

O que nos é dito é que este OE tem deter um equilíbrio entre despesas e receitas. Quando depois vemos que os professores a quem ver reconhecida uma determinada condição que custará ao país qualquer coisa como 650 milhões de euros, vamos descompensar aquilo que teoricamente já estava compensado. Os empresários não vão para a Avenida da Liberdade, não fazem manifestações nem greves, mas têm de encontrar formas de fazer valer as suas ideias e propostas...

Parecem estar um pouco esgotadas...

Não, não estão. Temos contemplado o diálogo, temos feito críticas construtivas, temos tentado ser assertivos em sede de concertação, no diálogo com os governos - com qualquer governo. Não vamos para manifestações e greves, como fazem os sindicatos, mas saberemos encontrar segu-

ramente formas imaginativas de fazermos valer os nossos direitos.

O que poderia ser uma iniciativa imaginativa?

Imagine que não comparecemos a inactivas do Governo em bloco. O Governo andou pelo país todo a promover o Programa Capitalizar - que

reconheço que tem méritos. Encheu salas e salas de empresários pelo país. Se o Governo desenvolver iniciativas em que os empresários não compareçam e as salas estiverem vazias, tem aí um sinal da nossa indignação. É preciso fazermos-nos respeitar. Estamos cansados de, em alguns dos dossiês, não nos respeitarem. ■

“Não vamos [os empresários] para manifestações e greves, como fazem os sindicatos, mas saberemos encontrar seguramente formas imaginativas de fazermos valer os nossos direitos.”

CONVERSA CAPITAL

ANTÓNIO SARAIVA PRESIDENTE DA CIP

Financiamento: “CGD poderia ser o banco de fomento virtuoso”

O acesso a financiamento para recapitalizar o tecido empresarial português “é urgente”, alerta António Saraiva. Na sua perspectiva, essa deveria ser uma missão de que a Caixa Geral de Depósitos poderia estar incumbida.

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

MIGUEL BALTAZAR

Fotografia

S seja por via do Programa Capitalizar, do Portugal 2020 ou da criação de condições para que a Banca possa fazer, o apelo do presidente da CIP - Confederação do Empresarial de Portugal é para que se actue com urgência na criação de meios para financiar as empresas. António Saraiva admite que o Governo não pode fazer imposições à Banca privada, mas em sua opinião, “a Caixa poderia ser, em articulação com a Instituição Financeira de Desenvolvimento, o banco de fomento virtuoso de que as empresas necessitam”.

O novo ministro-adjunto, Pedro Siza Vieira, é o actual responsável pelo Programa Capitalizar e pela pasta da internacionalização. Espera que vá ao encontro daquelas que são as aspirações dos empresários?

Temos essa legítima expectativa, até porque Pedro Siza Vieira foi um dos artífices, como membro, da estrutura de missão do Programa Capitalizar. É uma pessoa que conhece o terreno, falou com os empresários e desenhou o programa quando colaborava com o ministro da Economia. Já está uma reunião marcada para perceber que ideias tem relativamente a estas medidas que são necessárias à economia. Não só o programa capitalizar, mas alguns outros apoios por via Portugal 2020 que se podem agregar.

Está em causa o financiamento das empresas?

As empresas portuguesas não têm acesso a crédito, é preciso encontrar novos mecanismos de financia-



Bruno Simão

mento. Por mais que a banca venha dizendo que tem capital para os bons projectos, é a banca que define o que são bons projectos e que tem regras de regulação e supervisão que não lhe permitem ceder crédito nas condições em que vinha fazendo anteriormente. Temos urgência em encontrar mecanismos com o ministro Adjunto, com o ministro da Economia e como o ministro do Planeamento, de

forma a que possamos ter uma interligação ministerial que seja virtuosa.

Isso significa, passados dois anos desde que este Governo tomou posse, os elevados níveis de endividamento das ainda não tiveram uma solução? A situação está melhor ou não?

A situação está melhor desde logo porque a redução do crédito conce-

dido foi desta dimensão que lhe disse. Depois porque a banca não conceder as empresas financiamento que elas necessitam também não permite que as empresas [melhorem]. Mas também temos que reconhecer que as empresas estavam muito alavancadas, porque o crédito era fácil e barato, porque a banca fomentou essa prática junto das empresas e dos particulares. Além disso, a banca tem ainda um crédito malparado de volume significativo. Há um conjunto de questões que estão interligadas.

O endividamento continua a ser um dos principais problemas nas empresas?

O financiamento é um problema. O endividamento que ainda existe em termos de malparado tem de ser resolvido na perspectiva de salvar empresas que estão afectadas por esse problema. São empresas viáveis e fi-

nanceiramente estranguladas: temos que as salvar, salvando ao mesmo tempo a estrutura de contas da banca e aliviando-a de forma a que ela possa atender a necessidades a que hoje não está a atender.

Atender à urgência de recapitalizar as empresas?

É urgente, é fundamental recapitalizar o tecido empresarial português e encontrar formas de o fazer, porque essa é hoje também a grande dificuldade. Não nos esqueçamos que a banca retirou da economia, das sociedades não financeiras, nestes últimos anos, de 2013 até hoje, cerca de 23 mil milhões de euros. Só este primeiro semestre de 2017 retirou 1,8 mil milhões de euros. É demasiado dinheiro em tão curto espaço de tempo.

O que poderia o Governo fazer junto do sector bancário?

Na banca privada o Governo não pode actuar, porque as entidades privadas não estão sob a sua esfera de influência. Mas já esperávamos que o Governo articulando com o banco público, a CGD, e com a Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD), o banco de fomento que tarda em ver a luz do dia, e acedendo a fundos internacionais, pudesse disponibilizar ajuda via CGD.

Que papel caberia à Caixa?

A Caixa poderia ser, articulando com a IFD, o banco de fomento virtuoso, o banco de fomento que as empresas necessitam. Em tempos falou-se da carta de missão que o Governo deixa à CGD, que nunca se percebeu o que era, nem os efeitos que teve. Era tempo de efectivamente se dar uma carta de missão à CGD, para ela, ao invés de ser mais um banco a actuar num mercado em regras concorrenciais igual à banca privada, pudesse ter algumas linhas referenciais que atendessem a estas necessidades que atalhassem estes problemas. ■

“É urgente, é fundamental recapitalizar o tecido empresarial português [...] porque essa é hoje a grande dificuldade.”

“Não é o mercado interno que trará futuro às empresas”

Uma das medidas que resultou da actual solução governativa foi a reposição de salários cortados no tempo da troika, o que permitiu o aumento do consumo. Essa medida não acabou por beneficiar também as empresas?

Essa é a tese do Governo: melhorar a receita das famílias, promovendo aí o consumo. Mas estamos a pensar em que tipo de consumo? Aquele que está suportado pelo aumento das importações e desequilibramos a nossa balança externa? Temos melhoria na restauração. Temos melhoria na hotelaria. Temos fluxos turísticos que todos aplaudimos e que desejaríamos manter. E, Deus nos salve de algum atentado que rapidamente faria alterar estes fluxos dos quais hoje o país e estas actividades económicas estão a beneficiar.

De todo o modo, as famílias passaram a ter mais rendimento disponível, o que permitiu mais algum consumo...

De facto, disponibilizar receita às famílias tem permitido algum consumo, mas para nós, CIP, as variáveis-chave do desenvolvimento da nossa economia devem assentar em investimento e em exportações.

E o mercado interno?

O mercado interno é pequeno, as empresas portuguesas, sendo certo que muitas trabalham com o mercado interno, não é este que trará a sustentabilidade ao seu futuro. As empresas têm de internacionalizarem-se, têm de vender para fora, têm de alargar os seus horizontes. Têm de sair desta caixinha rectangular que se chama Portugal. ■

Respostas rápidas

ZENIT

Um projecto de vida que gostava de manter.

ALENTEJO

Uma eterna melancolia, saudade e onde volto às vezes para as minhas reflexões mais profundas.

SECA

Um drama nacional que lamentavelmente não controlamos, mas que nos está a afectar seriamente em muitas actividades. Vamos ter de readaptar-nos no futuro.

FAMÍLIA

Um valor, um pilar fundamental a todos nós, como são outros, mas esse será talvez o mais seguro pilar que temos.

SINDICALISMO

Uma actividade necessária num diálogo social que o país deve preservar, porque há semelhança de outros países é virtuoso, assim ele seja devidamente colocado no quadro de uma concertação social.

ANTÓNIO COSTA

Um primeiro-ministro com capacidades que todos lhe conhecemos, mas que hoje, lamen-

tavelmente, vejo um pouco refém de equilíbrios que, se tivéssemos uma oposição mais consequente, a geometria parlamentar poderia sair reforçada naquelas que são as reformas necessárias.

VIDA

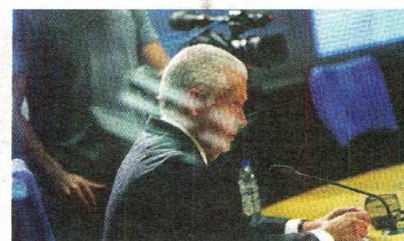
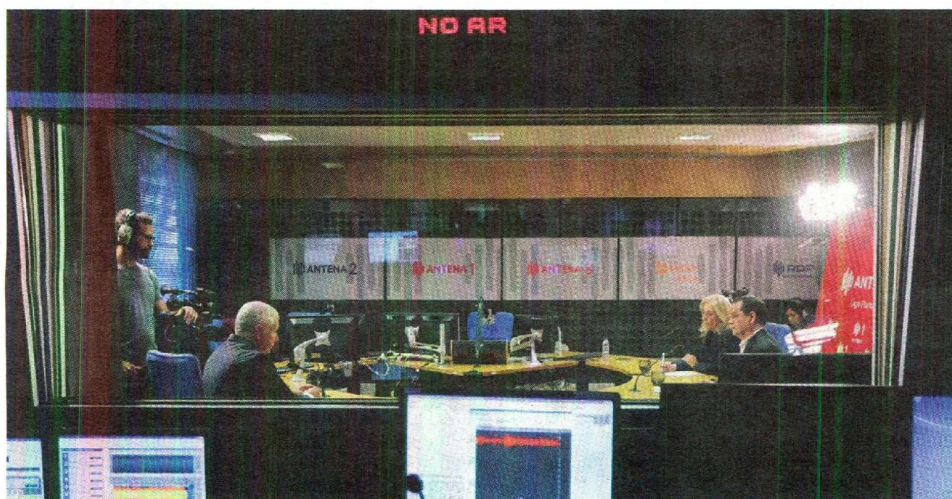
Um bem que cada vez celebro com mais felicidade e gostaria que o tempo me permitisse ater-me à realização dos meus projectos.

CONVERSA CAPITAL

ANTÓNIO SARAIVA PRESIDENTE DA CIP

A reversão das leis laborais, “para nós é uma linha vermelha”

O presidente da CIP rejeita liminarmente eventuais reversões nas actuais leis laborais. “Isso para nós é uma linha vermelha”, diz António Saraiva, que também recusa a subida do salário mínimo para 600 euros já em 2018.



JOÃO MALTEZ
 jmaltez@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
MIGUEL BALTAZAR
 Fotografia

António Saraiva, presidente da CIP, faz questão de dizer que não acompanha a reivindicação do PCP para que o salário mínimo suba já em Janeiro para os 600 euros. Admite que os 580 euros que estão sobre a mesa da próxima reunião de concertação social até poderão ser aceites, mas com contrapartidas. Já eventuais reversões na legislação laboral rejeita-as liminarmente, traçando aqui uma “linha vermelha”.

O salário mínimo vai voltar à concertação social. Há disponibilidade da vossa parte para aceitar a proposta do PCP de aumento dos 600 euros já no próximo ano?

Não, não há. E não é porque o salário mínimo não devesse ser, assim o

país tivesse condições e as empresas para o suportarem, dessa dimensão. Recordo que o salário mínimo aumentou nestes dois últimos anos 17,3%. O PCP e CGTP, vamos reconhecer-lhes a coerência, sempre têm dito que o salário mínimo deve ser 600 euros. Mas vejo nessa argumentação do PCP uma luta partidária com o Bloco de Esquerda.

Trata-se de uma luta partidária entre Bloco e PCP?

O Bloco capitalizou a seu favor a questão das pensões, batalha que o PCP perdeu. Por isso, quer condicionar o Bloco dizendo que, por eles (PCP), o salário mínimo já seria de 600 euros em 2018 e só não é porque o Bloco aceitou com o PS que fosse 580. Vamos entrar na discussão de um novo acordo de concertação, onde o salário mínimo será uma das variáveis, mas não posso deixar de dizer que vamos entrar menos receptivos.

Porque é que vão entrar menos receptivos?

Não porque não estejamos dispostos a aceitar que o salário mínimo venha a ser de 580 euros, mas dependendo das contrapartidas que têm que se encontrar para as empresas. Não para as empresas em geral, mas discriminando positivamente as que possam estarem mais frágeis, mais expostas [à concorrência com empresas de outros países europeus]. Porquê menos receptivos? Porque em 2016 a expectativa que colocámos no acordo não foi cumprida nalgumas das metas. Estamos em Novembro de 2017, quase a esgotar o ano, e uma das nossas propostas no âmbito do último acordo está por concretizar.

Que proposta?

O Fundo de Compensação do Trabalho, o famoso FCT, está capitalizado em cerca de 150 milhões de euros. Historicamente foram utilizados cerca de 40 milhões. Passamos por uma fase em que, felizmente, estamos a empregar e não a desempregar, o fundo para aquilo que se destinava não precisa de estar tão fortemente capi-

talizado e é preciso encontrar uma forma de aliviar as empresas que estão a carrear mensalmente para esse fundo sete milhões de euros e sem qualquer objectividade.

A matéria da legislação laboral pode também ser aqui envolvida com contrapartida?

O quadro legal que temos hoje em termos de legislação laboral não é impeditivo ao normal funcionamento das actividades económicas. A legislação laboral deve manter-se como está, “tout court”. Não podemos permitir reversões, como algumas forças políticas e sindicais pretendem. Não se mexa na legislação laboral, porque ela está bem, e tem sempre margem de progressão em sede de concertação colectiva. Não permitiremos qualquer reversão daquilo que hoje existe, e isso para nós é uma linha vermelha.

A diferenciação contributiva ao nível da TSU para as empresas que contratem sem termo poderá chegar à mesa da concertação

social. Deve ou não avançar?

Se compararmos o segundo trimestre de 2016 com o segundo trimestre de 2017, a população empregada por contrato, 90% é sem termo. Com termo 10%. Acho que isto diz tudo. Mas se quisermos uma série mais longa, se compararmos o quarto trimestre de 2013, final de 2013, com o segundo trimestre de 2017 contratos sem termo 68,8%, com termo, a prazo, 28,7%. Se esta é a realidade agora, por que razão se quer penalizar as empresas discriminando em sede de TSU aqueles que estão já hoje a contratar sem termo. O que nós temos é que premiar aqueles que estão a contratar com estas características.

Premiar de que forma?

Premiar é não mexer. Temos de combater a precariedade? Temos. Temos de combater as desigualdades sociais? Temos. Temos de melhorar o salário mínimo? Temos. Mas temos de o fazer numa perspectiva racional, com sustentabilidade e com discussões intelectualmente honestas. ■